

# Michel Foucault, Pierre Bourdieu - para entendermos um pouco sobre poder nos assentamentos de Reforma Agrária.

*Miguel Ângelo Lazzaretti<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo busca discutir as ideias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu para entendermos um pouco sobre a questão que envolve o poder no dia a dia dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. O pensamento de Michel Foucault nos dá elementos e pistas importantes para entender as relações de poder no fenômeno da ação coletiva nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No que se refere a Pierre Bourdieu, nos debruçamos sobre a noção de poder simbólico criado pelo autor, relatando os aspectos mais importantes de sua construção epistemológica para que nos dê subsídios a mais para entender e captar as relações de poder entre líderes e assentados nos assentamentos de reforma agrária coordenados pelo MST.

**Palavras-chave:** MST; Poder; Ação Coletiva. Reforma Agrária.

## Michel Foucault, Pierre Bourdieu - to understand a little about power in the agrarian reform settlements.

**Abstract:** This article seeks to discuss the ideas of Michel Foucault and Pierre Bourdieu to understand a little about the issue that involves power in the day to day of agrarian reform settlements in Brazil. The thinking of Michel Foucault gives us important elements and clues to understand the power relations in the phenomenon of collective action in the agrarian reform settlements of the Landless Workers Movement (MST). With regard to Pierre Bourdieu, we focus on the notion of symbolic power created by the author, reporting the most important aspects of his epistemological construction so that he can give us more subsidies to understand and capture the power relations between leaders and settlers in the reform settlements coordinated by the MST.

**Palavras-chave:** MST; Power; Action Collective, Agrarian | Reform.

## Introdução

Acreditamos que para entender a problemática em questão e, como já expressamos anteriormente, este trabalho não segue apenas um caminho teórico-interpretativo, queremos mostrar que outros autores, com outras abordagens da realidade social, podem nos dar grandes contribuições para o entendimento do fato social pesquisado ou desta ação social que se materializa (o poder), como diz Caume (2002), na objetivação e subjetivação dos sujeitos e das relações sociais idealizadas.

É importante salientar que este não é um estudo aprofundado da sociologia de Foucault e Bourdieu nem possui tal pretensão. Muitos autores já realizaram essa tarefa. Pretendemos aqui apenas resgatar desses autores ideias que possam nos dar, de um modo geral, histórico e metodológico, uma melhor orientação para a abordagem do fenômeno em questão (assentamentos de reforma agrária do MST).

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, professor Associado do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: miglazza1966@hotmail.com

## A noção de poder em Michel Foucault

O pensamento de Michel Foucault nos dá elementos e pistas importantes para entender as relações de poder no fenômeno da ação coletiva. Principalmente quando nos propomos a analisar as relações de poder nos assentamentos de reforma agrária e as teorias que embasam os discursos totalizantes e universais dos movimentos sociais.

Mesmo após 30 anos de sua morte, Foucault continua no centro da vida intelectual não só na França como em muitas regiões do mundo. Além de ser um filão histórico largamente explorado, a obra de Foucault é também um quadro de referência política. Ou seja, Foucault possui, como diz Eribon (1996), contextos tão diferentes, que às vezes nos perguntamos se os mil Foucaults que vemos surgir em todos os países, em todos os continentes, são compatíveis entre si.

O que importa no caso é retirar desses mil Foucaults o que é importante para entendermos as relações de poder nos assentamentos de reforma agrária. Não é porque fala de poder que a obra de Foucault nos interessa, mas sim porque o que diz sobre o poder foge das tradicionais análises, entre elas as estruturalistas do legado marxista. O poder das classes sociais, a derrubada de uma classe por outra, tudo imerso num ambiente macro onde os atores e/ou sujeitos não aparecem com seus discursos e práticas. Na versão marxista, somente os intelectuais orgânicos do partido têm voz e vez.

O que Foucault dará de contribuição ao nosso trabalho está no seu método de análise da realidade social através das relações de poder, quando os diversos saberes, entre eles o dos excluídos, são recolocados na história. Seria contar a trajetória sócio-histórica e cultural dos assentados a partir dos próprios assentados, dando vazão ao discurso não conhecido e não reconhecido como o discurso competente.

De fato, em *Genealogia e Poder* de 1976, publicado na *Microfísica do Poder* (Foucault, 2004), Foucault fala do efeito inibidor próprio das teorias totalitárias e globais (marxismo) e que produzem um efeito de refreamento da crítica. Quer dar estatuto ao caráter local da crítica, que não quer dizer, segundo ele, empirismo obtuso, ingênuo ou simplório, oportunismo, permeabilidade a qualquer empreendimento teórico. “O caráter essencialmente local da crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 2004:169).

Além disso, Foucault pretendeu, com as pesquisas genealógicas, empreender uma análise histórica das condições políticas de possibilidades do discurso e analisar os efeitos do poder, método que utilizaremos em parte neste estudo, principalmente no que se refere a esses efeitos.

Foucault, como herdeiro de maio de 1968, viu que o poder exercido na sociedade não era apenas aquele poder macro exercido pelo Estado, mas sim aquele que se dissolve em diversas instâncias da sociedade e é exercido de forma constante dentro de microestruturas. O que queria Foucault era reativar os diversos saberes sempre vistos como ilegítimos ou desqualificados pelos cientistas. Para isso, teria que se ouvir o que disseram, por exemplo, sobre a história das prisões, não o discurso dos juristas, mas o discurso dos médicos, das nascentes humanidades, nos quartéis, nas escolas, nas fábricas etc. (Simioni, 1999).

Isso tudo para revelar à história os discursos antes vistos como incompetentes e, portanto, relegados ao silêncio. É contra esse efeito de poder que a centralização da verdade

garante que se insurge o projeto genealógico de Foucault. Ou seja, um projeto que pretende ouvir e compreender os saberes dominados, desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do delinquente... (do assentado), que Foucault chama de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam (Foucault, 2004).

À insubordinação aos saberes postos como únicos, especializados em erudição e os saberes desqualificados das pessoas, é que se opõe o projeto genealógico de Foucault. Nesta genealogia é redescoberta a exatidão das lutas e a memória bruta dos combates entre esses dois saberes. Para essa genealogia acontecer foi preciso que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica.

Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são, portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anticiências... trata-se da insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. Pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo mais geral, em um aparelho político com todas as suas aferências, como no caso do marxismo; **são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater** (FOUCAULT, 2004: 171).

O que Foucault quer fazer na sua proposta de genealogia é relativizar a ciência como único discurso verdadeiro, é mostrar que existem outras instâncias possíveis de conhecimento que não as instituídas. Como nos diz Simioni (1999), Foucault quer relativizar a verdade produzida pelos discursos tidos como legítimos recolocando-os como o que são: discursos entre outros discursos. E, por outro lado, diz a autora, ao fazê-lo já se está inserindo na história os saberes locais, tradicionalmente vistos pelas instâncias “competentes” como desqualificados ou ilegítimos. Com isso Foucault está realizando um terceiro objetivo: lutar contra os efeitos de poder que as verdades exercem.

Foucault se interessa pelas verdades que os discursos possibilitam. Isto porque em nome de tais verdades se exerce o poder, por exemplo, definir quem é revolucionário e quem não é, quem deve ser líder e quem deve ser tarefeiro no MST. O que se quer descobrir é que tipo de saber se desqualifica quando se chama uma pessoa de revolucionária e de tarefeira.

Foucault pergunta em *Genealogia e Poder*: que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem “menorizar” quando dizem: “Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista”, qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? Quando vejo seus esforços para estabelecer que o marxismo é uma ciência, não os vejo na verdade demonstrando que o marxismo tem uma estrutura racional e que, portanto, suas proposições relevam de procedimentos de verificação. Vejo-os atribuindo ao discurso marxista e àqueles que o detém efeitos de poder que o Ocidente, a partir da idade média, atribuiu à ciência e reservou àqueles que formulam um discurso científico (Foucault, 2004).

Apesar de as teorias do século XIX prometerem resolver o problema econômico da sociedade por meio das revoluções operárias e, portanto, os excessos de poder, Foucault, segundo Motta (2003), observa que o que o século XX descobre vai na direção contrária; pode-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser, os excessos de poder continuam (é o caso da continuidade do stalinismo na guerra da Argélia). Isto demonstra que mesmo imbuído de boas vontades, a teoria marxista e os que as põem em prática continuam a produzir poder e a fazê-lo a qualquer preço em nome de uma suposta revolução que nem mesmo eles sabem como fazê-la. Teorias estas que produzem verdades, e a verdade, segundo Foucault, é um dos efeitos do poder para que circule e intervenha nos corpos.

Tomando a ideia de poder de Foucault, o que queremos neste trabalho de revisão bibliográfica é desvendar como as relações de poder se exercem nos assentamentos do MST. O que buscamos no autor da *Microfísica do Poder* é exatamente como se dá esse exercício permanente de poder num lugar em que teoricamente não deveriam existir tais relações e que, ao contrário, deveria se constituir num espaço de luta contra a dominação e o poder da sociedade capitalista.

Concordamos com Brenneisen (2002), quando diz que as análises de Foucault nos oferecem elementos para a compreensão de como se reproduzem as relações de poder no cotidiano dos assentamentos rurais face ao modelo organizativo que tem sido desenvolvido nesses locais. Ou melhor, dá-nos um excelente suporte teórico para que possamos analisar as relações entre os assentados, superando as visões macroestruturais de classe para visualizarmos os embates de poder dentro das classes, que em seus discursos repelem as práticas que elas mesmas exercem.

Para nós, os assentamentos, sob esta ótica foucaultiana, constituem-se em espaços onde, segundo Caume (2002), os agentes diversos se embatem, traçam estratégias no sentido de legitimar ou subverter as posições ocupadas, estabelecendo-se uma luta pela produção e imposição da visão legítima. O assentamento torna-se palco de conflitos entre diferentes agentes sociais procurando tornar concretos projetos diferenciados para os assentados. Completamos esta ideia do autor dizendo que, nesses espaços, além do embate de agentes que tentam fazer de suas ideias as mais verdadeiras no contexto da disputa, estão outros agentes que não aceitam essas visões e que vivem em mundos diferentes com racionalidades próprias e que não são ouvidas. Esta observação comprovamos com vários estudos que realizamos em assentamentos do MST (Lazzaretti, 2003, 2007).

Nesta trama de mundos e visões de mundo está o olhar que hierarquiza e classifica os agentes das ações coletivas, prescrevendo o que devem e não devem fazer os assentados. Estabelecendo as punições e os prêmios aos “comportados” e mostrando qual a verdade a seguir. De outro lado, estão os que não aceitam a hierarquização e que se rebelam com o impositivo e que não querem ser disciplinados. Que não querem ser usados como força política e que só querem viver como uma coletividade em que seus direitos individuais sejam respeitados e não usados como oposição ao sistema e massa de manobra codificada como socialista. Realidade esta que não vivem e nem conhecem, mas que são invocadas em seus nomes como a salvação de suas vidas.

Foucault, mais do que ninguém, sempre foi contra estas institucionalizações de ideias globalizantes que nos tentam colonizar; disse ele:

Desde o momento em que a antipsiquiatria ou a genealogia das instituições psiquiátricas tiveram início, há uns quinze anos atrás, algum marxista, algum psicanalista ou algum psiquiatra procurou refazê-las em seus próprios termos e mostrar que eram falsas, mal elaboradas, mal articuladas, mal fundadas? De fato, estes fragmentos de genealogias que fizemos permanecem cercados por um silêncio prudente. O que se lhes opõe, no máximo, são proposições como a de um deputado do partido comunista francês: “tudo isto está certo, mas não há dúvida de que a psiquiatria soviética é a primeira do mundo”. Ele tem razão. A psiquiatria soviética é a primeira do mundo. E é exatamente isto que nós lhe reprovamos (FOUCAULT, 2004:173).

A sociologia de Foucault é uma sociologia da ação que quer ver onde o poder se exerce e quer saber qual é a sua mecânica. Da mesma forma, queremos também buscar elementos para a compreensão do poder exercido pelos líderes do MST sobre os assentados. Como já explicitado, o poder está em toda parte e sempre acompanhado do saber. O saber dos mais preparados pelo MST, mais escolarizados e mais propícios a receberem com facilidade (remunerada) as ideias do movimento.

Mas esse poder/saber de que fala Foucault incide em nossas sociedades na forma de sistemas punitivos e que o autor compreende que “devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata, do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 1993:28).

O corpo nesse sentido, diz Foucault (1993), só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Devemos admitir, diz o autor, que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas, efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder estabelece relações e se apoia em táticas e a técnicas de funcionamento. O que significa:

...que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo... finalmente que não são unívocas, definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um de seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças...(FOUCAULT, 1993:29).

Foucault chega a dizer, em *Vigiar e Punir*, que o poder enlouquece e que temos que admitir que o poder produz saber e não simplesmente favorecendo-o porque lhe serve ou aplicando-o porque é útil, porque saber e poder estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Em síntese, o que Foucault nos ensina e que certamente serve de base para o estudo das relações sociais nos assentamentos de reforma agrária é que não existe algo unitário e universal chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas, em constante transformação.

O que fica evidente na teoria foucaultiana é que existem formas diferentes de exercício de poder que não as do Estado e que “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2004:X). Que o poder tem

suas formas locais e que se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado, seria a autonomia da periferia com relação ao centro.

O certo é que para Foucault o poder se dissemina por toda estrutura social e está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. O poder produz o real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. Possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. É por isso que tem, segundo Foucault, como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (Machado, 2004).

O objetivo do MST em nível nacional é a construção do socialismo. Nos assentamentos o objetivo é tornarem produtivos tanto homens quanto a terra, objetivo econômico e político. Econômico porque quer tornar os assentamentos viáveis e autossuficientes e político porque quer tornar os homens, que lá vivem, com capacidade de revolta contra o poder do capital. Eles produzem homens úteis para a produção e não dóceis, porque são preparados para lutar contra algo que os oprime. Então, quando o MST produz o revolucionário, produz um personagem coletivo, que é perpassado por relações de poder.

É claro que os assentados, por serem sujeitos e terem liberdade, possuem também capacidade para negociar as ações e os temas da ação coletiva, mas acreditamos, hipoteticamente, de forma temerosa e restrita a apenas alguns assentamentos mais organizados e onde a consciência e a aprendizagem coletiva se desenvolveram mais. Daí a importância de resgatar, em estudos de caso, as subjetividades dos assentados, inerentes a estas relações contraditórias. Existiriam, quem sabe, práticas cotidianas de resistência que não são divulgadas, mas que são permanentes nas relações de poder em cada lugar e em cada assentamento diferente.

Portanto, o poder age para tornar os indivíduos submissos, tanto na luta pelo socialismo, como na luta contra o capitalismo. Para isso, o poder está investido em todas as relações sociais e acompanhado de um saber que é político e que não é neutro. Por isso, todos os líderes do MST são agentes de constituição de saber, devendo enviar aos que lhes delegaram um poder um determinado saber que aperfeiçoa as técnicas de disciplina em contato com a formação das “brigadas” revolucionárias do movimento.

Por outro lado, há a resistência destes sujeitos constituídos por relações de poder. O que torna tarefa urgente para nós é mostrar onde e quem exerce esse poder, tentando tornar visível o que é invisível, especificando quem o exerce e, conseqüentemente, quem enuncia os discursos e procurando ver nas representações dos indivíduos a que tipo de referência se dirige e quais os significados que dão às suas visões de mundo.

Neste sentido, poderá ser útil também em termos teóricos a contribuição de Pierre Bourdieu para elucidar as tramas das relações de poder e os efeitos da dominação simbólica presente também entre os agentes da reforma agrária.

## **O poder simbólico em Pierre Bourdieu**

Intuito de apresentar a noção de Poder Simbólico de Pierre Bourdieu é relatar os aspectos mais importantes de sua construção epistemológica para que nos dê subsídios a mais para entender e captar as relações de poder entre líderes e assentados nos assentamentos de reforma agrária coordenados pelo MST. Diferente de Foucault que não precisa quem enuncia os discursos, Bourdieu diz que ao se reconhecer o poder devemos mostrar quem o exerce.

Sendo assim, para Bourdieu, o poder se exerce de forma generalizada porque é reconhecido, ou seja, não é percebido enquanto tal, mas tem como parceiro o consentimento que advém do desconhecimento. A tarefa do sociólogo para Bourdieu, no que se refere ao projeto genealógico, é a de mostrar onde e quem exerce esse poder, reconstituir o campo dos agentes emissores dos discursos e a posição que cada um destes ocupa no espaço social em que se inscrevem, para se compreender a que tipo de poder se está referindo.

O papel da sociologia e do sociólogo é ser crítica(o), diz Bourdieu (1983). Por quê? Porque deve revelar as coisas ocultas e às vezes reprimidas, como a correlação entre sucesso escolar, que se costuma identificar com inteligência, e a origem social, ou melhor, o capital cultural herdado da família. São verdades que os tecnocratas e os epistemocratas, isto é, uma boa parte dos que leem a sociologia e dos que a financiam não gosta de ouvir.

Desta forma, de acordo com Simioni (1999), Bourdieu se propõe a analisar o mundo como um composto de estruturas que escapam à consciência dos agentes, coagindo suas práticas e representações, e, concomitantemente, introduzir a dimensão genética destas práticas. Procura ver como, através de esquemas de percepção adquiridos, os *habitus*, os indivíduos participam da construção deste mundo, por meio de suas ações e classificações.

Continuando, completa a autora, importa, na óptica de Bourdieu, não reduzir o mundo social às representações que dele fazem os agentes, mas, ao contrário, ver nas representações o produto específico da posição que esses ocupam num espaço social constantemente em disputa. E, todavia, é preciso evitar a visão de que a prática desses mesmos sujeitos resulta diretamente das imposições colocadas pela estrutura social.

As representações e discursos proferidos nesses espaços referem-se mais a eles próprios que a uma estrutura social que se imagina estar em toda parte. Isto dito, compreende-se que as práticas e discursos dos agentes só adquirem significados quando referidos ao campo em que são produzidos, campo este no qual os participantes estão constantemente se posicionando e lutando para adquirir novas posições através da imposição de suas visões de mundo. Assim, o campo é tido como lócus de concorrência em que o indivíduo é ator, imprime sua marca, e não é meramente um suporte das estruturas (SIMIONI, 1999:114).

Então, compreender os discursos, para Bourdieu, significa por um lado vê-los como inseridos em um campo e, por outro, como produtos de agentes em luta pela imposição de suas visões de mundo como as únicas e verdadeiras.

Por outro lado, a visão que Bourdieu nos oferece sobre os intelectuais e/ou militantes nos serviu como ponto de partida para entendermos estes e seus papéis, bem como seus perfis dentro do MST e sua responsabilidade de arregimentar e conscientizar as massas de trabalhadores rurais para organizarem-se coletivamente e prepararem-se para o advento do socialismo.

Para Bourdieu (1983), a produção das representações do mundo social, que é uma dimensão fundamental da luta política, é o quase monopólio dos intelectuais.

É preciso levar a sério que os intelectuais são objeto de uma delegação de fato, delegação global e tácita que, como responsáveis dos partidos, torna-se consciente e explícita, mantendo-se, ao mesmo tempo global (as pessoas remetem-se a eles), e analisar as condições sociais em que esta delegação é recebida e utilizada... o problema dos portavozes é oferecer uma linguagem que permita aos indivíduos em questão universalizar

suas experiências, sem no entanto excluí-los de fato da expressão de sua própria experiência, o que significa mais uma vez desapossá-los (BOURDIEU, 1983:50-51).

No MST, o que ocorre é que os militantes são considerados os intelectuais do movimento e assumem a função de produzir teoricamente para a organização. No fundo, eles são delegados de poder que transmitem a disciplina, os rituais e as formas de comportamento político e moral das massas. Sendo assim, traduzindo o pensamento de Bourdieu (1983) para nosso estudo, o importante é que o espaço onde é produzido o discurso sobre o mundo social (no nosso caso, os assentamentos) continue a funcionar como um campo de luta onde o polo dominante (líderes) não esmague o polo dominado (trabalhadores rurais assentados), onde a ortodoxia não esmague a heresia, porque, neste domínio, enquanto houver luta, haverá história, isto é, esperança.

Os intelectuais do MST, graças ao poder simbólico que possuem, são os enunciadores competentes das verdades sobre o mundo social. Isto, segundo BOURDIEU (1990:166), “é um crédito, um poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor reconhecimento”. É por isso que exercem poder, porque são reconhecidos enquanto tal.

Portanto, para Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (Bourdieu, 1989).

Então, esta dominação simbólica do que nos fala Bourdieu significa, de acordo com Simioni (1999), pensar que também mentalmente os indivíduos estão sujeitados ao poder dos outros. Isto também explicita que o poder é antes de tudo um poder simbólico, pois deriva das classificações que os homens fazem do mundo em que vivem. Classificações estas vividas como naturais, espontâneas e que tiram sua força justamente deste fato, de serem reconhecidas enquanto tal. Ao adquirir força de verdade, impõem-se como orientadoras das práticas, ao passo que obscurecem suas origens.

Ou como o próprio Bourdieu retrata este poder:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989:14).

Enfim, a tarefa que Bourdieu nos coloca é de especificar quem exerce esse poder, de dizer o que é ou não é verdadeiro, por que o faz e de onde o faz. Isto faz de sua teoria uma importante ferramenta para analisarmos as relações de poder visíveis e invisíveis no campo dos assentamentos de reforma agrária.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- BRENNEISEN, Eliane C. **Relações de poder, dominação e resistência**. Cascavel, Edunioeste, 2002.
- CAUME, David. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas de enquadramento social**. Tese de Doutorado, Unicamp. 2002.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo, Graal, 2004.
- LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel, Edunioeste, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. Tese de doutorado PPG-UEPB, João Pessoa, 2007.
- MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**. In: *Microfísica do poder*, 2004, pp. VII a XXIII.
- SIMIONI, Ana Paula C. **Os efeitos dos discursos: saber e poder para Michel Foucault e Pierre Bourdieu**. *Plural USP*, 6:103-117, I sem., 1999.